



Notícia do mês

América do Sul toda terá livre comércio

Todos os países da América do Sul passarão a integrar uma única zona de livre comércio, disse ontem o presidente do Comitê de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde. A formalização do bloco ocorrerá no dia 9 de dezembro, durante a cúpula de presidentes sul-americanos, em Cuzco, no Peru. "Vamos anunciar ao mundo que concretizamos a zona de livre comércio em toda a América do Sul", disse ele, após reunir-se com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

A intenção, segundo Duhalde, é ter uma estrutura comum de tarifas no período de 10 a 12 anos. Isso é uma proeza que o próprio Mercosul até hoje não conseguiu concretizar. Ao contrário, o bloco vive um momento de ânimos acirrados com a adoção de medidas protecionistas por parte da Argentina.

A zona de livre comércio é parte de um projeto mais amplo, a Comunidade Sul-Americana de Nações. Esta envolve também a formação de uma unidade política e a integração física entre os países.

A formação da zona de livre comércio foi facilitada pela recente protocolização do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), formada por Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador.

Considerando que o bloco já tinha acordos com o Chile e a Bolívia, ficariam faltando só a Guiana e o Suriname para abarcar toda a América do Sul. Esses dois países, porém, já fazem parte da Comunidade do Caribe (Caricom).

O avanço da Comunidade Sul-Americana de Nações pode ser considerada uma vitória dentro da política externa do presidente Lula, que privilegia os países em desenvolvimento. A formação da zona de livre comércio na América do Sul ocorre no mesmo ano em que as negociações para a formação da Arca de Livre Comércio das Américas (Alca) e o acordo Mercosul-União Européia fracassaram. (*O Estado de São Paulo*, 29.11.2004)

promoção/promoción



Coordenadora de
Centrais Sindicais do
Cone Sul

edição/edición


Consultoria Econômica Social Integrada

Nova CE tem como tarefa alcançar acordo entre UE e Mercosul

A nova Comissão Europeia (CE, órgão Executivo da União Europeia) tem como tarefa chegar a um acordo nas negociações entre a UE e o Mercosul, opinou hoje, Enrique Viguera, representante do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.

Viguera, diretor de Integração e Coordenação de Assuntos Gerais e Econômicos da UE, participou hoje da primeira edição do Fórum Brasil, organizado pela Fundação Luso-Brasileira.

O representante espanhol afirmou que este acordo UE-Mercosul tem "importância estratégica" e não deve ocorrer o que aconteceu antes com o México, que primeiro assinou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.



Ele disse que Espanha e Portugal estão empenhados em acelerar o processo para a assinatura do acordo no próximo ano, embora "haja outros novos Estados-membros da UE que preferem dar prioridade aos Balcãs e a outros países do leste europeu".

No caso do Brasil, Viguera ressaltou que no período entre 1997 e 2001 os investimentos espanhóis foram de 25 bilhões de dólares.

Além disso, assinalou que nestes momentos as conexões aéreas entre Espanha e Brasil, 17 por semana, são insuficientes.

O ex-ministro das Finanças de Portugal Jorge Braga de Macedo disse que ninguém sabe com toda certeza o que impede um acordo entre a UE e o Mercosul, após tantas negociações.

Ele acrescentou que os governos de Espanha e Portugal devem insistir na tarefa para destravar as negociações, porque o acordo UE-Mercosul é fundamental para as empresas dos dois blocos regionais.

Macedo propôs que seja criado um Fórum Ibero-americano de Empresários, "uma iniciativa que pode ser impulsionada pelo Brasil e Portugal".

Por sua vez, o presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira, Antonio Espírito Santo Bustorf, assinalou que depois dos grandes investimentos no Brasil, do final da década de 90, é previsível que as pequenas e médias empresas portuguesas se estabeleçam nesse país.

Mais de cem empresários portugueses e brasileiros participaram do Fórum Brasil. Eles debateram também a conjuntura econômica e política brasileira e as experiências de investimentos no Brasil (*Ultimo Segundo*, 17.11.2004).

Comissão parlamentar Mercosul-UE para impulsionará acordo

Parlamentares do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União Europeia (UE) resolveram criar uma comissão permanente de relações entre ambos os blocos cujo primeiro objetivo será dar um novo impulso ao acordo comercial.

O anúncio foi feito hoje pelo presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul, Massimo D'Alema, que está de visita em Buenos Aires junto a outros cinco eurodeputados.

Em declarações à Rádio Mitre, o ex-primeiro-ministro da Itália comentou que a decisão foi adotada nas reuniões parlamentares realizadas na Câmara dos Deputados da Argentina, que começaram na segunda-feira e continuam hoje.

D'Alema disse que os legisladores europeus e sul-americanos decidiram criar a comissão para "dar impulso às negociações e para que, através delas, os cidadãos tenham a possibilidade de influir em seus respectivos governos para chegar a um acordo" (*Ultimo Segundo*, 23.11.2004).

Mandelson é contra prazo no acordo UE-Mercosul

O novo comissário de Comércio da União Europeia (UE), Peter Mandelson, é contra o estabelecimento de um novo prazo para a conclusão das negociações entre Mercosul e UE e indica que o processo poderá caminhar paralelamente ao ritmo das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), estimada para estar concluída no final de 2006.

O britânico insistiu que irá pressionar o Brasil e outros países emergentes a abrirem os mercados nos setores de serviços e produtos industriais na OMC e ainda acredita ser "possível", embora não certo, concluir as negociações com o Mercosul antes da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Mandelson disse que, no que se refere ao Mercosul, as negociações devem voltar a se concentrar na substância do acordo. Os dois blocos não conseguiram cumprir o prazo imposto de 31 de outubro. "Não me atrai criar um prazo. Não acho que ajudaria a conclusão das negociações. Temos de nos concentrar na substância, e não na velocidade em que trabalhamos", afirmou.

Pelo discurso de Mandelson, fica claro que os europeus dificilmente farão novas concessões no setor agrícola na OMC. Pior, querem cobrar dos países emergentes de maior peso, como o Brasil, o que supostamente já fizeram. Segundo ele, o acordo de julho, estabelecendo as bases do acordo da OMC só foi possível porque a UE teria mostrado "muita flexibilidade", concessões e reformas no sistema agrícola.

Ele confessa que esse será o objetivo principal da UE em 2005 até a Conferência da OMC em Hong Kong em dezembro do próximo ano. "Precisamos fazer progressos bem mais rápidos na liberalização industrial e serviços. Se não houver isso, não vamos ter sucesso nas negociações", afirmou, alertando que a Europa não aceitará ser o único a pagar pela negociação. No setor de serviços, Mandelson afirma que as ofertas dos países são "inadequadas" e não criam possibilidades de novos negócios. O Brasil foi um dos que apresentou ofertas tímidas e sem incluir as áreas de maior interesse para os europeus, como telecomunicações. No caso da liberalização industrial, propostas dos países ricos de uma total abertura de setores como eletroeletrônicos e farmacêuticos foram rejeitadas pelo Brasil.(...)

Os interesses dos europeus em liberalizar os setores industriais e de serviços acabaram se fortalecendo nas últimas semanas com a valorização do euro. A idéia é de que, com a moeda mais forte, uma forma de suavizar os efeitos para as exportações europeias seria a de abrir novos mercados para os produtos da UE. (*O Estado de São Paulo*, 24.11.2004).

Países del Mercosur enfrentan desafíos comunes en agricultura

Los ministros de Agricultura de las naciones del Mercosur, agrupados en el Consejo Agropecuario del Sur (CAS), reconocieron en Santiago que los desafíos que enfrenta la región en el sector "son comunes a todos los países que la integran".

"Existe especial interés en establecer reglas no distorsionadas ni discriminatorias en temas zoo-sanitarios, comerciales y fitosanitarios", señalaron en una declaración que firmaron al término de dos días de trabajo en la capital chilena.

Recalaron que, como consecuencia del proceso de globalización, es necesario abordar en conjunto esos asuntos en los diversos foros internacionales y recomendaron, además, la creación de un "Comisariado Agroalimentario" que se aboque al tratamientos de esas cuestiones.

También subrayaron la importancia de evaluar y considerar en un futuro próximo la puesta en marcha de la certificación electrónica que involucre tanto a países de origen como de destino.

Los ministros de Agricultura del Mercado Común del Sur insistieron en la importancia de la educación y capacitación como base para el desarrollo de la competitividad del sector agrícola de la región.

Por otro lado, manifestaron su satisfacción por los avances logrados por la Red de Coordinación de Políticas Agropecuarias (REDPA) en la implementación de prioridades regionales para la cooperación internacional, así como en el desarrollo de las tareas encomendadas por el CAS (*Sela*, 11.11.2004).

El Mercosur duda de un acuerdo con China

China quiere firmar un tratado de libre comercio (TLC) con el Mercosur y es el bloque sudamericano el que duda de si es conveniente hacerlo. Así lo explicó ayer el secretario de Comercio Internacional, Alfredo Chiaradía, el mismo día en que el presidente chino, Hu Jintao, arribó a Brasil, escala previa a su visita a la Argentina.

Chiaradía explicó ayer, en un almuerzo organizado por el Consejo Interamericano de Comercio y Producción, que el Mercosur analiza si es preferible un TLC o un acuerdo de preferencias fijas, que liberaría el intercambio de sólo un número acotado de productos.

Pero un pacto entre la República Popular China y el Mercosur se encontraría con un obstáculo legal: Paraguay no reconoce al régimen de Pekín, sino al de Taiwan, oficialmente llamada República de China, considerada por el gobierno comunista una provincia rebelde.

Taiwan aporta periódicamente créditos que Paraguay necesita para financiar sus cuentas y obras públicas, por lo que se resiste a abandonar esta relación.

En la visita del presidente Néstor Kirchner al gigante asiático, en julio pasado, se reunieron por quinta vez los negociadores chinos y del Mercosur. En esa oportunidad, China propuso el TLC y el bloque sudamericano quedó en responderle. Aún el Mercosur no designó a la consultora que hará el estudio de factibilidad e impacto de un acuerdo. Ambas partes también habían concertado que se volverían a encontrar cuando Hu visitara Brasil, pero esta reunión no se celebrará.

Chile espera a Hu, después de su paso por la Argentina, con la esperanza de que ya se inicien formalmente las negociaciones de un TLC con China. Al gobierno de Ricardo Lagos le interesa firmarlo el año próximo porque teme perder parte de ese mercado de 1300 millones de habitantes frente a los nueve países asiáticos que liberalizarán su comercio con el Dragón Rojo entre 2005 y 2010. A Chiaradía no lo inquieta y recordó que para Chile es más fácil sellar acuerdos porque su economía es más pequeña.

(...) Una apertura de la Argentina a China significaría riesgos para los productores locales de aparatos eléctricos y mecánicos, juguetes, calzado, prendas de punto y carne porcina. También se perjudicarían las exportaciones a Brasil de arroz, manzanas, peras, pescados, químicos, máquinas, autos y plásticos. (Sela, 12.11.2004)

La CGT llevará varios reclamos al Presidente

Los acuerdos bilaterales con China figurarán en la agenda

La conducción de la Confederación General del Trabajo (CGT) solicitó ayer una audiencia oficial con el presidente Néstor Kirchner para analizar la evolución del cuadro laboral en el país y pedirle una mayor "protección" para los trabajadores.

Los dirigentes de la CGT reunificada también pretenden que Kirchner explique los "verdaderos alcances" de los acuerdos comerciales firmados con la República Popular China, para analizar luego la situación de los puestos de trabajo argentinos.

La CGT procura que se garantice la "protección" de los trabajadores de distintos sectores de la industria local, que podrían verse afectados por las importaciones de productos chinos, según informó ayer en declaraciones radiales Oscar Lescano, titular del Sindicato de Luz y Fuerza porteño e integrante del consejo directivo cegetista.

Lescano explicó que la dirigencia gremial quiere saber "de qué se tratan los acuerdos [bilaterales firmados la semana última] y qué consecuencias podrían aparejar para los trabajadores".

"La CGT no desea apresurarse y afirmar nada que no conozca. Por eso hemos solicitado una audiencia para saber del propio gobierno nacional cómo se protegerá la mano de obra nacional y se beneficiará el país sin desproteger a los trabajadores", comentó.

Lescano subrayó además que el Gobierno "debería difundir el acuerdo en su totalidad para transparentar lo firmado" y opinó que la CGT reunificada adoptará "una posición firme respecto de cualquier medida que incremente los altísimos índices de desocupación" de la Nación. (Clarín, 23.11.2004)

México negocia para incorporarse al Mercosur

México, que ha solicitado ser asociado al Mercosur, comenzó negociaciones bilaterales con Brasil y espera iniciarlas pronto con Argentina y Paraguay en busca de tratados de libre comercio que le abran el ingreso al bloque sureño.

Fuentes diplomáticas consultadas el miércoles por la AP, que pidieron reserva, agregaron que además México "observa positivamente" la conformación de la Comunidad Sudamericana, anunciada dos días atrás por el argentino Eduardo Duhalde presidente de la Comisión de Representantes Permanentes del Mercosur.

Las fuentes dijeron que el gobierno mexicano "sigue muy de cerca" el desenvolvimiento de esta Comunidad Sudamericana a la que consideran "importante" porque va consolidando los procesos de integración en marcha y recordaron, además, que México "políticamente manifestó su interés de orientarse hacia América latina".

México, que tiene un tratado de libre comercio con Uruguay debe cerrar otros similares con los tres países restantes del Mercosur para poder asociarse, tal como lo hizo Chile, Bolivia y Perú.

En diciembre quedará asociado Venezuela. Chile tiene, asimismo, otro tratado bilateral de libre comercio con México.

El conjunto de acuerdos bilaterales o por grupos de países están jurídicamente e institucionalmente documentados en la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) de la que forman parte los 10 países sudamericanos, más México y Cuba. (*Sela, 11.11.2004*)

Mercosul-Marrocos: acordo iniciado

Mercosul - bloco formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - e Marrocos iniciaram ontem a criação de uma zona de livre comércio, com a assinatura de um acordo-quadro na área comercial. Esse foi o principal documento firmado na visita do rei do Marrocos, Mohammed VI, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foram assinados acordos na área de turismo e treinamento de diplomatas.

O Marrocos poderá ser uma porta de entrada para produtos brasileiros na região e até na Europa, avaliou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, já que apenas 14 quilômetros separam o Marrocos da Espanha. Segundo Furlan, o comércio, hoje na casa de US\$ 600 milhões, é "significativo" e teve crescimento de 40% entre 2003 e 2004. Há ainda a possibilidade de atrair investimentos árabes para o Brasil.

Antes de chegar a uma zona de livre comércio, Mercosul e Marrocos negociarão um acordo de preferências tarifárias, com condições privilegiadas (tarifas mais baixas) para apenas uma parte do comércio bilateral. O acordo de preferências tarifárias deverá estar pronto em meados de 2005 e talvez seja assinado na reunião de cúpula Mercosul-países Árabes, marcada para maio, em Brasília.

No campo político, o Marrocos apoiou a tese que é necessário reformar a Organização das Nações Unidas (ONU), para que tenha mais representatividade. "Ambos aspiramos à aplicação de um novo multilateralismo mundial mais justo, mais equilibrado e mais solidário." O rei, porém, não disse se apóia a candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ele ainda fez menção ao conflito envolvendo o Saara Ocidental, dizendo que o Marrocos não poupará esforços para concretizar a União do Magreb. (*O Estado de São Paulo, 27.11.2004*).

Mercosul é estratégico para Coréia exportar mais

Em 2005, os governos começarão a negociar queda de tarifas. O Mercosul é estratégico para a política de expansão das exportações da Coréia do Sul. Após o acordo comercial firmado com o Chile em abril deste ano, que tende a se converter na primeira plataforma sul-coreana na América Latina, os governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e da República da Coréia começarão a negociar um tratado de livre comércio a partir de 2005.

A meta é estabelecer um acordo amplo com base em preferências tarifárias e tratamento diferenciado para investimentos em algumas áreas, como o setor de serviços. No ano que

se aproxima, os governos dos cinco países se dedicarão a montar um relatório sobre as vantagens comparativas e complementares de suas economias. Negociações mais afirmativas, porém, ocorrerão em 2006, com a conclusão dos diagnósticos sócio-econômico dos países.

O fluxo de comércio entre a Coréia do Sul e o Mercosul é de US\$ 3,5 bilhões, sendo US\$ 2,1 bilhões em exportações do bloco sul-americano e US\$ 1,4 bilhão em vendas de manufaturados das empresas coreanas.

Um estudo preliminar do Ministério de Comércio Exterior da Coréia do Sul projetou que a partir de um acordo de preferências, a corrente de comércio avançaria para US\$ 7,8 bilhões no curto prazo, sendo US\$ 3,9 bilhões de exportações do Mercosul e US\$ 3,9 bilhões em vendas da Coréia.

A quase totalidade das importações das empresas sul-coreanas de produtos do Mercosul é de bens primários ou semi-elaborados, como ferro, cobre, alumínio, óleo bruto de petróleo e as commodities agrícolas soja, milho e suco de laranja, além de frutas.

Nos estudos sobre um acordo de livre comércio, os coreanos querem tratar de um amplo marco de negócios. O principal interesse é garantir o acesso aos recursos naturais, considerado por Seul abundante no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Mas também querem tratar de investimentos nos setores de serviço e da indústria, em áreas que serão definidas em conversas com os empresários coreanos. Em termos gerais, os investimentos das empresas sul-coreanas no Mercosul totalizam US\$ 960 milhões, concentrados em sua maior parte no Brasil. (*Gazeta Mercantil*, 30.11.2004)

Fiesp é contra reconhecer a China como economia de mercado

A Fiesp divulgou nota oficial de protesto sobre a decisão do governo brasileiro de conferir à China o status de economia de mercado. "A indústria paulista e a brasileira foram colocadas em posição de vulnerabilidade", aponta o texto. Segundo a entidade, "a China é o país contra o qual existe o maior número de medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo brasileiro e por outros vários países do mundo".

Na prática, a medida anunciada pelo Planalto significa que o Brasil concorda que os preços praticados na China são fruto de relações de mercado, tornando mais difícil, a partir de agora, a aplicação de medidas antidumping por parte dos brasileiros.

Ontem, antes de jantar oferecido pelo governador de São Paulo ao presidente da China, Hu Jintao, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, afirmou que a entidade irá buscar instrumentos para combater os possíveis efeitos nocivos da decisão do governo brasileiro.

Já em maio deste ano, a Federação das Indústrias de São Paulo apresentou um estudo no qual manifestava preocupações com a concorrência chinesa e suas consequências para diversos setores da indústria nacional. (*CNM Internacional* nº 42, 15.11.2004)

Estudo FIESP : Impactos do comércio bilateral entre Brasil e China

http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_mercado_externo/relatorio_china.pdf

Protestos anti-globalização marcam abertura da Apec

Tumultuada por fortes protestos anti-globalização, começou ontem na cidade de Santiago do Chile a reunião de cúpula de líderes dos países que integram o Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec). A cúpula, que contará ao longo do fim de semana com a presença de lideranças de peso mundial como o presidente dos EUA, George W. Bush; o presidente russo, Vladimir Putin; e o líder chinês, Hu Jintao; debate sobre a nova arquitetura financeira mundial, o comércio eletrônico, além do combate ao terrorismo internacional.

Os líderes reunidos - que representam 21 países cujas economias são responsáveis por 60% do PIB do planeta - definem em Santiago o roteiro para a abertura comercial de um bloco que engloba 2,42 bilhões de pessoas. Além disso, deverão assinar hoje

um documento no qual pedem à Organização Mundial do Comércio (OMC) que conclua os objetivos da Rodada de negociações de Doha.

Os integrantes da Apec são a Austrália, Brunei, Canadá, Coréia do Sul, Chile, China, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Cingapura, Tailândia, Taiwan e Vietnã.

(...) O presidente Bush (que os chilenos costumam pronunciar "Búth"), que realiza sua primeira viagem internacional após sua reeleição, é o principal alvo dos grupos anti-globalização, que ontem - ao longo da Avenida Bernardo O'Higgins, em pleno centro de Santiago - entraram em violentos choques com os "carabineros".

Chamando o presidente americano de "assassino", 30 mil manifestantes pediram o fim da reunião da Apec. A manifestação transcorreu pacificamente na maior parte do tempo. No entanto, a marcha organizada pelo Fórum Social Chileno, que reuniu 30 mil manifestantes, terminou em pancadaria no fim de seu trajeto. Os "guanacos" - os carros blindados dos carabineros - responderam com jatos d'água e gás lacrimogênio. Na Praça Itália os manifestantes também atacaram equipes de reportagem da TV chilena.

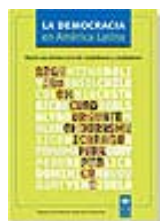
Os protestos, embora criassem um clima de tensão, não impediram o desenvolvimento dos encontros da Apec, que estão sendo realizados longe do Centro, no complexo de convenções de Casa Piedra. Ali, dezenas de ministros de governos de todo o mundo e 600 empresários atarefavam-se em criar novas oportunidades de negócios e discutir a integração econômica da bacia do Pacífico.

Nos momentos de pausa, os visitantes, majoritariamente do sexo masculino, faziam fila para posar ao lado de longilíneas modelos chilenas vestidas com típicos figurinos da etnia indígena mapuche. (*Tribuna da Imprensa*, 20.11.2004)

La democracia en América Latina

Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos.(Informe y anexos)

El Informe contiene: datos estadísticos sobre la democracia en 18 países de América Latina, los resultados de una encuesta aplicada a 19 mil ciudadanos, las experiencias de los principales líderes políticos y sociales en los procesos de democratización en América Latina.



Por primera vez se realiza un trabajo de estas características, que ofrece una mirada profunda e integral sobre la Democracia en América Latina. Así, el PNUD reafirma su mandato de promoción de la gobernabilidad democrática y se suma al esfuerzo y compromiso de defensa de la democracia, asumido, entre otros, por los países latinoamericanos en la Carta Democrática de la OEA y a través del Grupo de Río.

<http://www.democracia.undp.org/CTR/Redir.asp?ctr=275&Url=/Informe/Default.asp?Menu=15&Idioma=1>



Conferencia Internacional
**Democracia, participación ciudadana
y federalismo**
2 y 3 de Diciembre | Brasília - Brasil

Evento :
<http://www.pnud.org.br/democracia/es>

Para contacto use o e-mail msilvia@uol.com.br